RESOLUÇÃO Nº 5.111, DE 31 DE MAIO DE 2016

Autoriza a ALL - América Latina Logística Malha Sul S/A a ressarcir à União o valor monetário correspondente ao imóvel denominado "Estação São João", bem como autoriza a desincorporação desse bem do Contrato de Arrendamento nº 005/97.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conferidas pela Resolução nº 3.000/2009, Anexo, art. 25, inc. VIII, fundamentada no Voto DMV - 118, de 25 de maio de 2016; com fulcro na Lei nº 10.233/2001, art. 24, inc. X; no Decreto nº 4.130/2002, Anexo I, art. 3º, inc. XII, e art. 4º, § 1º; bem como no Acordo de Cooperação Técnica, celebrado com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT em 20 de julho de 2009, Cláusula Terceira, Item 3.9; e no que consta do Processo nº 50500.118109/2012-81, resolve:

Art. 1º Autorizar a Concessionária ALL - América Latina Logística Malha Sul S/A a ressarcir à União o valor monetário definido pelo DNIT, correspondente ao bem registrado sob Número de Bem Patrimonial - NBP 6206703 (62 M2 ALV EST NJO), também denominado "Estação São João", edificado no município de Nova Prata/RS.

Art. 2º Autorizar a desincorporação do imóvel mencionado no art. 1º supra do Contrato de Arrendamento nº 005/97, celebrado entre a extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA e a então Ferrovia Sul Atlântico S/A, atual ALL - América Latina Logística Malha Sul S/A.

Parágrafo único. A desincorporação de que trata o caput somente será efetivada quando constatado o pagamento do valor integral de ressarcimento, e celebrado o respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 005/97, do qual serão signatário a ANTT, o DNIT e a ALL - América Latina Logística Malha Sul S/A.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.112, DE 31 DE MAIO DE 2016

Referenda a Resolução nº 5.105, de 25 de maio de 2016.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 012, de 25 de maio de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.214912/2015-99, resolve:

Art. 1º Referendar a Resolução nº 5.105, de 25 de maio de 2016, que aprova a 3ª Revisão Ordinária, a 2ª Revisão Extraordinária, a aplicação do Desconto de Reequilíbrio e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP do Contrato de Concessão da Rodovia Governador Márcio Covas, BR-101/BA/ES, trecho Entroncamento com a BA-698 (acesso a Mucuri/BA) - Divisa ES/RJ, administrada pela ECO 101 Concessionária de Rodovias S/A.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 144, DE 31 DE MAIO DE 2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 097, de 18 de maio de 2016;

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.058729/2008-78, DELIBERA:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora/Rio S.A. - CONKER e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Manter a aplicação da penalidade de multa de 1000 (um mil) URT, nos termos da Decisão nº 109/2014/SUINF, por violação aos itens 219 e 223 do Contrato de Concessão PG-138/95-00.

Art. 3º Determinar a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão nº PG-138/95-00.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto na Resolução nº 2.689/2008, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão nº PG-138/95-00.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 145, DE 31 DE MAIO DE 2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 099, de 24 de maio de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.023014/2013-61, DELIBERA:

Art. 1º Rescindir o parcelamento concedido por meio da Deliberação nº 107, de 29 de maio de 2013, à empresa EXPRESSO ARAGUARI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.820.086/0001-39, pelo não pagamento do valor residual, nos termos do Art. 9º e parágrafo único do Art. 8º, da Resolução ANTT nº 3.561 de 12 de agosto de 2010.

Art. 2º Determinar à GEAUT, se pertinente, o prosseguimento da cobrança, com a consequente inscrição da empresa no Cadin e na Dívida Ativa.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 149, DE 31 DE MAIO DE 2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 116, de 23 de maio de 2016, e no que consta do Processo nº 50505.026750/2014-11, DELIBERA:

Art. 1º Conhecer o Recurso Administrativo interposto pela ECO101 Concessionária de Rodovias S/A, e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos por ele trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Manter a aplicação da penalidade de multa no patamar de 413 (quatrocentos e treze) Unidades de Referência de Tarifa - URT's, nos termos da Decisão nº 190/2015/GEFOR/SUINF, de 12 de maio de 2015, por violação ao disposto no art. 8º, inciso II da Resolução nº 4.071, de 03 de abril de 2013, e no item 4.8.2 do Programa de Exploração da Rodovia - PER.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão do Edital nº 001/2011.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto na Resolução nº 2.689, de 13 de maio de 2008, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão do Edital nº 001/2011.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 150, DE 31 DE MAIO DE 2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 117, de 24 de maio de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.071171/2005-73, DELIBERA:

Art. 1º Alterar a redação do art. 1º da Deliberação nº 285, de 19 de outubro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Criar as seguintes UNIDADES REGIONAIS:

I - UNIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL - URRS, com Sede em Porto Alegre, na Avenida Ipiranga, nº 2897 - Bairro Santana, abrangendo a área geográfica do estado do Rio Grande do Sul; a infraestrutura ferroviária concedida à América Latina Logística Malha Sul - ALLMS, à Estrada de Ferro Paraná Oeste - Ferroeste e à Ferrovia Tereza Cristina - FTC; e a infraestrutura rodoviária concedida à CONCEPA - Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre S/A, à ECOSUL - Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S/A, à MSVia - Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S/A e à CRO - Concessionária Rota do Oeste S/A;

II - UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO - URSP, com Sede em São Paulo, na Avenida Paulista, nº 37 - Ed. Centro Cultural Paulista - 8º andar - Bela Vista, abrangendo as áreas geográficas dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná; a infraestrutura ferroviária concedida à MRS Logística, à Ferrovia Centro Atlântica - FCA, à Ferrovia Norte Sul Tramo Central - VALEC, à Estrada de Ferro Vitória - Minas - EFVM, à América Latina Logística Malha Paulista - ALLMP, à América Latina Logística Malha Oeste - ALLMO, à América Latina Logística Malha Norte - ALLMN, à América Latina Logística Malha Sul - ALLMS, à Estrada de Ferro Paraná Oeste - Ferroeste e à Ferrovia Tereza Cristina - FTC; e a infraestrutura rodoviária concedida à NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, à Autopista Régis Bittencourt S/A, à Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S/A, à Autopista Fernão Dias S/A, à Autopista Planalto Sul S/A e à Autopista Litoral Sul S/A;

III - UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO - URRJ, com Sede no Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160 - Ed. Le Bourget Castelo - 11º andar, abrangendo a área geográfica dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; a infraestrutura ferroviária concedida à MRS Logística, à Ferrovia Centro Atlântica - FCA, à Ferrovia Norte Sul Tramo Central - VALEC, à Estrada de Ferro Vitória - Minas - EFVM, à América Latina Logística Malha Paulista - ALLMP, à América Latina Logística Malha Oeste - ALLMO e à América Latina Logística Malha Norte - ALLMN; e a

infraestrutura rodoviária concedida à CONKER - Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio, à ECO101 Concessionária de Rodovias S/A, à ECOPONTE - Concessionária Ponte Rio-Niterói S/A, à CRT - Concessionária Rio-Teresópolis S/A, à Autopista Fluminense S/A, à Rodovia do Aço S/A e à NovaDutra;

IV - UNIDADE REGIONAL DE MINAS GERAIS - URMG, com Sede em Belo Horizonte, na Avenida Cristóvão Colombo, nº 485 - 14º andar - Bairro Savassi, abrangendo a área geográfica do estado de Minas Gerais; a infraestrutura ferroviária concedida à Ferrovia Centro Atlântica S/A - FCA, à Estrada de Ferro Vitória - Minas - EFVM, à Ferrovia Norte Sul Tramo Central - VALEC e à MRS Logística; e a infraestrutura rodoviária concedida à Autopista Fernão Dias S/A, à MGO - Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S/A, à CONCEBRA - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S/A, à Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 S/A e à VIA 040 - Concessionária BR-040 S/A;

V - UNIDADE REGIONAL DO CEARÁ - URCE, com Sede em Fortaleza, na Avenida Luciano Carneiro, nº 2255 - Pavimento Térreo - Vila União, abrangendo a área geográfica dos estados do Ceará e Piauí; e a infraestrutura ferroviária concedida à Estrada de Ferro Carajás - EFC, à Ferrovia Norte Sul Tramo Norte - FNSTN, à Transnordestina Logística S/A - TLSA e à Ferrovia Transnordestina S/A - FTL; e

VI - UNIDADE REGIONAL DO MARANHÃO - URMA, com Sede em São Luís, na Rua 09, nº 10 - Bairro Vinhais, abrangendo a área geográfica dos estados do Maranhão, Pará, Amapá e Tocantins; e a infraestrutura ferroviária concedida à Estrada de Ferro Carajás - EFC, à Ferrovia Norte Sul Tramo Norte - FNSTN, à Transnordestina Logística S/A - TLSA e à Ferrovia Transnordestina S/A - FTL."

Art. 2º Alterar a redação do art. 1º da Deliberação nº 114, de 14 de maio de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Criar a Unidade Regional da Bahia - URBA, com Sede em Salvador, na Avenida Tancredo Neves, nº 1632, Ed. Salvador Trade Center, Torre Norte, sala 611 a 617, Bairro Caminho das Árvores, abrangendo a área geográfica dos estados da Bahia e Sergipe; a infraestrutura ferroviária concedida à Ferrovia Centro Atlântica - FCA, à Ferrovia Norte Sul Tramo Central - VALEC, à Estrada de Ferro Vitória - Minas - EFVM e à MRS Logística; e a infraestrutura rodoviária concedida à VIABAHIA Concessionária de Rodovias S/A."

Art. 3º Alterar a redação dos arts. 1º e 2º da Deliberação nº 233, de 18 de outubro de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Criar a Unidade Regional de Pernambuco - URPE, com Sede em Recife, na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº 467, Ed. Empresarial Moura Dubeux, abrangendo a área geográfica dos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte; e a infraestrutura ferroviária concedida à Estrada de Ferro Carajás - EFC, à Ferrovia Norte Sul Tramo Norte - FNSTN, à Transnordestina Logística S/A - TLSA e à Ferrovia Transnordestina S/A - FTL."

Art. 2º Criar a Unidade Regional do Centro-Norte - URCN, com Sede em Brasília-DF, no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, Trecho 3, Lote 10, Polo 8 - Projeto Orla, abrangendo a área geográfica dos estados do Acre, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Distrito Federal; e a infraestrutura ferroviária concedida à Ferrovia Centro Atlântica - FCA, à Ferrovia Norte Sul Tramo Central - VALEC, à Estrada de Ferro Vitória - Minas - EFVM e à MRS Logística."

Art. 4º Alterar a redação do art. 1º da Deliberação nº 320, de 12 de novembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Criar a Unidade Regional de Santa Catarina - URSC, com Sede em Florianópolis, a ser instalada no prédio do DNIT - Unidade Local de São José, na Rodovia Federal BR-101/SC, Km 204, Barreiros - São José, abrangendo a área geográfica do estado de Santa Catarina; a infraestrutura ferroviária concedida à América Latina Logística Malha Sul - ALLMS, à Estrada de Ferro Paraná Oeste - Ferroeste e à Ferrovia Tereza Cristina - FTC; e a infraestrutura rodoviária concedida à Autopista Litoral Sul S/A e à Autopista Planalto Sul S/A."

Art. 5º Revogam-se o art. 2º da Deliberação nº 285/2005; o art. 2º da Deliberação nº 114/2009, o parágrafo único do art. 1º e o parágrafo único do art. 2º da Deliberação nº 233/2012; e o parágrafo único do art. 1º da Deliberação nº 320/2015.

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 151, DE 31 DE MAIO DE 2016

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conferidas pela Resolução ANTT nº 3.000, de 28/01/2009, anexo, art. 109, inc. II; fundamentada no Voto DMV - 123, de 31 de maio de 2016, e na Resolução ANTT nº 3.695, de 14 de julho de 2011, Anexo, art. 5º, e no que consta do Processo nº 50500.165049/2016-10, DELIBERA:

Art. 1º Conhecer do Pedido apresentado pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF, para a prorrogação do prazo de envio das informações relacionadas à: (i) Declaração de Rede - 2017, (ii) Metas de Produção por Trecho e segurança e (iii) Demonstrativo de Investimentos Regulatórios Previstos - DIRP do Plano Trienal de Investimentos do PTI de 1º de junho de 2016 para o mês de novembro de 2016, para, no mérito:

I - Prorrogar o prazo para apresentação dos dados da Declaração de Rede para o Exercício de 2017 no Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário de Cargas - SAFF, por parte das concessionárias e subconcessionárias, para até 1º de agosto de 2016;